

brasileira. Para explicar a distribuição das candidaturas indígenas, os autores apontam: a maior disponibilidade de vagas; o cargo em questão ser majoritário ou proporcional (com as dificuldades adicionais de cargos majoritários terem custos maiores de campanha); a necessidade de maior capital político, de coligações e de campanhas estruturadas; o acesso a financiamento; o quociente eleitoral necessário para eleger o candidato; as “lideranças” formadas com foco local; e a fragmentação das bases em torno de nomes consensuais que pudessem representar associações de várias etnias. Quanto ao sexo, nível de educação formal, situação conjugal e idade, os autores afirmam que os padrões de distribuição dos candidatos indígenas seguem padrões gerais dos demais candidatos, sem variações importantes. Sobre a situação das candidaturas de mulheres, destacam “em grande parte dessas sociedades os assuntos externos (...) não-indígenas, fica a cargo dos homens. (...) em muitas situações, os homens detêm autoridade sobre as mulheres”. O estudo deixou em aberto a motivação de quem se candidatou e uma investigação sobre os fatores impeditivos a que mais indivíduos postulassem suas candidaturas.

Propomos tratar a interseccionalidade não somente como uma ferramenta analítica para o estudo crítico das desigualdades, mas ela própria como um fenômeno empírico e observável. Para tanto, a partir de alguns textos da área, procuramos estabelecer premissas básicas, das quais se podem derivar hipóteses testáveis. Junto, desenvolveremos também uma abordagem metodológica que possa operacionalizar o teste de hipóteses e a verificação da interseccionalidade na desvantagem multidimensional de estratos específicos da sociedade.

4. Metodologia